

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
(Do Sr. Marcel van Hattem)

Dispõe sobre a suspensão de exigências de pagamentos de tributos federais, durante o período de dois anos, para fatos geradores ocorridos exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei suspende as exigências de pagamentos de tributos federais, durante o período de dois anos, a partir da sua promulgação, para fatos geradores ocorridos exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Ficam suspensas as exigências de pagamentos dos tributos federais listados a seguir, durante o período de dois anos, para fatos geradores ocorridos exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul:

I – art. 10 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, relativamente à Contribuição para o PIS/PASEP, no regime de não cumulatividade;

II – art. 11 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, relativamente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade social – COFINS, no regime de não cumulatividade;

III – art. 18 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, relativamente à contribuição PIS/PASEP e à COFINS, nos regimes de cumulatividade;

IV – inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;

V – incisos I e III do art. 30 e art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como art. 4º da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003,



relativamente às contribuições a cargo da empresa provenientes do faturamento, do lucro e da folha de salários e demais rendimentos do trabalho, destinadas à Seguridade Social.

Parágrafo único. As exigências suspensas de que trata este artigo não poderão ser exigidas ou cobradas em nenhum momento posterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º O Poder Executivo, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, incluirá o montante da renúncia fiscal decorrente desta Lei no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul enfrenta uma situação de extrema urgência e gravidade devido aos danos causados pelas recentes enchentes e desastres naturais que assolaram a região. As consequências desses eventos catastróficos se refletem não apenas na perda de vidas e na destruição de infraestruturas, mas também na grave crise econômica enfrentada pelas comunidades afetadas.

Diante desse contexto, é necessário adotar medidas excepcionais e urgentes para auxiliar na recuperação do Rio Grande do Sul e mitigar os impactos devastadores sobre a economia local. O presente projeto de lei propõe a suspensão das exigências de pagamento de tributos federais exclusivamente para fatos geradores ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, pelo período de dois anos a partir da sua promulgação.

Esta medida visa aliviar o peso financeiro sobre os contribuintes e empresas locais, permitindo-lhes recuperarem-se gradualmente dos prejuízos causados pelas enchentes e retomarem suas atividades produtivas. Ao suspender temporariamente o pagamento de tributos federais, proporcionamos um alívio imediato no caixa das empresas e contribuintes afetados, permitindo-



lhes direcionar recursos para investimentos na reconstrução de suas atividades e na recuperação da economia regional.

Além disso, a suspensão temporária dos tributos federais contribuirá para estimular a atividade econômica no estado do Rio Grande do Sul, promovendo a geração de empregos, o aquecimento do mercado interno e a retomada do crescimento econômico. Essa medida é essencial para impulsionar a recuperação econômica do estado e para garantir a sustentabilidade financeira das empresas e contribuintes afetados pelos desastres naturais.

Portanto, considerando a excepcionalidade da situação enfrentada pelo Rio Grande do Sul e a necessidade premente de apoio e suporte às comunidades afetadas, é fundamental que o poder legislativo adote medidas urgentes e eficazes para mitigar os impactos econômicos das enchentes e contribuir para a reconstrução do estado. Este projeto de lei representa um importante instrumento para promover a recuperação econômica e social do Rio Grande do Sul, demonstrando o compromisso do Estado em proteger e assistir suas populações em momentos de crise e adversidade.

Sala das Sessões, de de 2024

Dep. Federal Marcel van Hattem
NOVO/RS

